

A PROBLEMÁTICA DA NÃO EQUIVALÊNCIA DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM INGLÊS E PORTUGUÊS

Maria de Lurdes F. Guimarães

Os seres humanos não vivem em isolamento, mas, pelo contrário, fazem parte duma sociedade específica e, por isso, interagem com outros seres humanos. No entanto, a interacção humana não é nem caótica nem à vontade de cada falante. Este facto tornou-se a base de um artigo de Grice¹, onde afirma:

Our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did. They are characteristically, to some degree at least, cooperative efforts; and each participant recognizes in them, to some extent, a common purpose or set of purposes, or at least a mutually accepted direction.

A interacção humana é, pois, até certo ponto, limitada, visto que é controlada por algumas regras explícitas ou implícitas. As crianças, à medida que vão crescendo, vão absorvendo lentamente a estrutura da sociedade em que vivem e, gradualmente, começam a dominar as regras que controlam a interacção humana. Entre outras coisas, procuram descobrir o que é ter um comportamento social apropriado ou não e a maneira como usar e manipular as referidas regras, de modo a atingirem os seus objectivos. Os seres humanos estão, consciente ou inconscientemente, cientes de que há constrangimentos poderosos na interacção (como o tratamento dos interlocutores, por exemplo) e que a comunicação envolve mais do que a simples transmissão de uma mensagem. Esta é sobretudo um meio de estabelecer, manter ou mudar uma relação social².

Acontece, porém, que as regras que regem as diferentes línguas variam mais ou menos, conforme se trate de línguas próximas ou não, embora línguas próximas como o alemão e o inglês apresentem, por vezes, diferenças significativas, enquanto línguas consideradas afastadas manifestam semelhanças em alguns aspectos.

As línguas em análise não são línguas próximas, tendo até estruturas muito diferentes. No entanto, em *Love in a Cold Climate* de Nancy Mitford e na tra-

dução *Amor em Clima Frio* de Cardoso Delgado, encontramos alguns exemplos onde a ideia é expressa, usando palavras e estruturas equivalentes nas duas línguas.

“... you know the way, Matthew!” (p. 291)

“... tu sabes o caminho, Matthew” (p. 91)

“Davey, you’re hopeless!” (p. 331)

“Davey, tu és terrível” (p. 134)

“You are horrid” (p. 414)

“Você é tremenda” (p. 221)

Como se pode verificar, a cada palavra da língua de partida corresponde uma palavra na língua de chegada, havendo não só paralelismo lexical mas também sintático.

É do conhecimento geral que a língua inglesa é mais sintética do que a portuguesa. As frases são, geralmente, mais curtas que as portuguesas, mas isso também depende do assunto que se está a tratar, como, por exemplo, um assunto académico. A flexão verbal só se verifica na 3.^a pessoa do presente do indicativo e a ordem das palavras não é tão rígida em português quanto em inglês. Se em inglês é agramatical colocar verbos em posição inicial, em português os verbos aparecem com frequência nesta posição, quer por questões de sentido, quer de ordem estilística.

Referindo-se à colocação inicial dos verbos num texto português por ela analisado, Baker³ afirma:

The placement of verbs in initial position in the Portuguese text has a communicative function: it thematizes processes as the writer’s point of departure, an arrangement particularly suited to the reporting of academic research and scientific methods.

Lyons⁴, no que se refere à ordem das palavras em inglês, afirma que, após uma investigação criteriosa de outras línguas, chegou à conclusão de que a ordem das palavras, dentro de certos limites, é apenas uma questão de variação estilística, como acontece no português. No inglês, o valor estilístico da ordem das palavras é, no entanto, mais reduzido e, por isso, a função sintática é proporcionalmente maior.

Mas a questão que verdadeiramente interessa, a saber, a dos problemas levantados pela tradução de *you* para português, prende-se sobretudo com razões de ordem sociolinguística, pragmática e gramatical, pois a versão de inglês e para inglês de qualquer língua que faça a distinção entre *tu-vous* levanta sérios obstáculos na tradução, principalmente no que respeita a formas de tratamento formal⁵.

Numa obra como *Love in a Cold Climate* e respectiva tradução, esta problemática é particularmente visível, dado tratar-se de uma comédia de costumes, que se desenrola à volta de duas famílias da aristocracia rural inglesa – os Montdore e os Radlett – evidenciando o tipo de vida da época através da futilidade dos temas de conversa, da tendência para uma abordagem sempre humorística, postura típica da classe superior britânica da altura, numa tentativa de escapar às conturbações do período entre as duas guerras.

Sabe-se que não é só a língua que determina o que se pode dizer num acto de comunicação, uma vez que, na prática, está sujeita a factores extralinguísticos, como convenções, costumes, etc., próprios da sócio-cultura de uma comunidade linguística, os quais, por sua vez, vão influenciar o uso da língua.

A pragmática e a sociolinguística têm partilhado diversas áreas de interesse comum e, por isso, a sociolinguística tem contribuído, em grande parte, para áreas da pragmática, como por exemplo o estudo da *deixis* social, dos actos de fala e do seu uso. Por seu turno, a pragmática, ao tentar compreender a significação social dos padrões de uso da língua, está a prestar relevante serviço à sociolinguística, pois é essencial compreender as características estruturais profundas e os processos que condicionam a interacção verbal⁶.

Relativamente ao inglês, a pragmática pouco tem a dizer no que se refere ao *status* social, para além dos contextos em que são usadas formas de tratamento como *Sir, Your Honour, Your Majesty*, etc., enquanto que, no português, já tem de se preocupar com a gramaticalização dos estatutos sociais relativos dos participantes e dos referentes⁷.

Tanto o inglês como o português possuem as categorias gramaticais de género, número, pessoa, tempo, aspecto e caso. Estas categorias são, no entanto, específicas de cada língua e levantam sempre alguns problemas de equivalência na tradução. No que respeita ao número, há vários segmentos em que *you* se refere a mais que um interlocutor, mas, dada a sua forma única, não exprime esta diferença gramatical.

“I do wish I could make *you* Radletts understand that...” (p. 316)

“Desejava poder convencer-*vos* de que...” (p. 118)

“But I haven’t told *you* yet what it was that Sonia really came about” (p. 332)

“Mas ainda não *lhes* disse o motivo que levou Sonia a visitar-nos...” (p. 136)

“... and I don’t mean *you*, children” (p. 332)

“... não me refiro a *voçês*, meninas...” (p. 136)

Constata-se, assim, que a falta de relação de um para um entre as categorias gramaticais dos dois códigos, no que respeita aos pronomes de tratamento, levanta problemas de tradução. Há ainda outro aspecto muito importante onde esta falta de variedade de formas gramaticais no inglês implica uma grande perda de informação na tradução para inglês. Quando, na interacção directa, há mudanças significativas de um tratamento habitual para outro que não é o esperado, o significado dessa mudança não pode ser traduzido para inglês através de pronomes de tratamento, devido à existência de *you* como forma única.

Veja-se duas falas do *corpus* entre Lady Montdore e a filha Polly. Numa, o tradutor optou pelo tratamento habitual, *voce* implícito, entre estas personagens.

“Now Polly, I want to hear exactly what *you* did yesterday” (p. 280)

“Polly, *conte-me* tudo o que fez ontem” (p. 79)

No original o sujeito está explícito (*you*), mas na tradução não está explícito, mas sim implícito na desinência verbal. Convém frisar que o emprego do sujeito tem maior incidência em inglês do que em português, devido à ambiguidade causada pelas formas verbais.

Se se comparar o presente do indicativo do verbo *ser* nas duas línguas em análise, verifica-se que as distinções interpessoais se fazem, principalmente, através do pronome sujeito, cujo emprego é, não uma opção, como poderá ser em português, em que a própria forma verbal caracteriza a parte do significado gramatical referente à pessoa, mas uma necessidade, donde a sua importância e uso generalizados.

Analise-se outra fala entre mãe e filha em que o tratamento deixou de ser o habitual e passou a ser um tratamento “marcado”:

“Then what is it *you* do want?” (p. 309)

“... mas que queres *tu* então?” (p. 110)

Como se pode ver, o tradutor traduziu *you* por *tu* e não por *você*. O que o terá levado a esta mudança de tratamento? Este segmento refere-se a uma conversa desagradável entre Lady Montdore e Polly, pois, apesar de todos os esforços da mãe para lhe arranjar um namorado, convidando vários rapazes para os bailes que organizava, a filha recusava-os todos, o que levou Lady Montdore a alterar o emprego da forma habitual, não marcada, no relacionamento entre ambas, *você*, para uma outra forma, *tu*, marcada, que exprime a ira e a hostilidade sentida naquele momento. Estas mudanças de tratamento, e sobretudo o que elas simbolizam, são uma dificuldade impossível de transpor de português para inglês.

Não posso deixar de frisar, no entanto, que a mudança de uma forma de tratamento para outra é uma liberdade interpretativa do tradutor. Porém, existem implicaturas que levaram o tradutor a escolher uma forma em vez de outra. Ele interpretou o contexto social e afectivo e escolheu uma forma marcada para exprimir essa mudança, ou seja, quando existem situações de cariz emotivo muito forte, por vezes alteram-se os hábitos de tratamento, de modo a veicular as alterações que se verificam no relacionamento entre os interlocutores. Este tipo de situação pode ser observado com frequência nas famílias portuguesas. Se eu fizesse a tradução do romance em análise, muito provavelmente optaria pela mesma solução de Cardoso Delgado.

Acerca do contraste entre os sistemas linguísticos, Jakobson⁸ afirma que: “languages differ essentially in what they must convey and not in what they can convey”. Se todas as línguas têm capacidade para expressar as experiências das comunidades culturais que delas fazem parte, através do recurso a empréstimos, metáforas, neologismos, etc., já o mesmo não se pode dizer relativamente às estruturas gramaticais, lexicais e categoriais, que obrigam os utilizadores da língua a transmitir certas significações que originam os referidos problemas de tradução.

A não equivalência entre as formas de tratamento nos dois códigos linguísticos verifica-se sobretudo em termos sócio-económicos, visto que há diferenças no modo como os falantes de cada código linguístico encaram determinados aspectos como a profissão, a idade, o sexo, o *status*, etc., e em termos de código gramatical, pois, como já foi referido, a não existência, em inglês, de

uma variedade de pronomes faz com que haja uma polivalência em relação ao *you*. No entanto, apesar dessa polivalência, há formas em português que não têm equivalente em inglês. Como o código inglês não tem a mesma capacidade que o português de incorporar outro material linguístico no código dos pronomes, desdobra-se em muito mais incidências de *you*. Assim, o pronome *you* tanto se utiliza para o Primeiro Ministro como para o taxista.

No *corpus* em análise, não há exemplos de personagens situadas nos pólos opostos da hierarquia social, em que se utilizaria um número mais elevado de padrões assimétricos. Como pretendo restringir-me sobretudo às relações familiares e afins, a assimetria assenta fundamentalmente em dois factores: a idade e o status, com predominância do primeiro. Mesmo assim, poder-se-á dizer que a utilização da mesma forma de tratamento para o Primeiro Ministro e para um taxista seria impensável em Portugal.

Analise-se a tradução da fala entre Lady Montdore e o Primeiro Ministro:

“... oh, Prime Minister, if *you* could hear anything I should be so more than grateful” (p. 385)

“... oh, Excelência, agradecer-lhe-ia muito se me *informasse* sobre este assunto” (p. 190)

Como se pode observar, o tradutor remeteu-se para a desinência verbal, que identifica a pessoa, bem como o número gramatical, mas não fornece qualquer indicação individual concreta sobre o interlocutor. Esta evitação do tratamento através da desinência verbal poderá, neste caso, dever-se à incerteza quanto ao emprego da forma adequada. O facto é que Cardoso Delgado recorre muitas vezes à desinência verbal para a tradução de *you*, pois num universo de 912 incidências de *you*, 409 são traduzidas por desinências verbais, o que demonstra bem a evitação da expressão do tipo de relação entre os interlocutores.

Quanto às profissões, o sistema inglês é muito menos rígido que o português; geralmente, só os médicos é que usam o título de Dr., enquanto que em Portugal todo o licenciado por uma universidade pode ser chamado Dr. Com efeito, ao longo da obra aparece apenas uma personagem com o título de Dr., que é o médico de ambas as famílias:

“... I hope *you* consult Dr Simpson about all this?” (p. 435)

“... espero que tenha consultado o Dr. Simpson sobre tudo isto” (p. 241)

No que se refere à idade, há vários exemplos de padrões assimétricos, limitando-me apenas a um segmento:

“Oh, Davey, *you* are dreadful” (p. 227)

“O tio Davey é tremendo” (p. 21)

Este segmento trata de uma fala entre a narradora da obra, Fanny, e o tio dela, que a adoptou como filha após a separação dos pais. Como dizem Brown e Gilman⁹, a família é o primeiro contexto social onde se verifica a subordinação ao poder. Assim, o tio trata a sobrinha por *tu*, mas esta trata o tio por uma forma em que se encontra implícito o *você*. Para além do poder da família enquanto instituição, há também uma diferença de idade entre eles, cerca de 30 anos. Actualmente, esta diferença de idade não teria qualquer influência, mas atendendo a que a tradução é da década de 60, é perfeitamente aceitável o tratamento que o tradutor adoptou para o relacionamento entre tio e sobrinha.

Em termos de *status*, há uma fala entre Lady Montdore e a secretária, quando aquela quer descobrir onde se encontra o pai de Fanny, para lhe participar o casamento desta.

“*You* could ring up the Under Secretary for the Colonies...” (p. 306)

“Telefone ao Subsecretário das Colónias...” (p. 108)

O facto de o tradutor optar por um imperativo já demonstra que se trata de um poder desigual entre os interlocutores. Neste caso, além da hierarquia em termos de profissão, existe sobretudo o estatuto social de Lady Montdore, apesar de, no original, o emprego do modal, *could*, tornar a ordem mais suave do que aquela que lhe deu o tradutor. Lakoff¹⁰ afirma mesmo que uma maneira de suprir a pouca informação social de *you* é a utilização dos modais.

Quanto ao sexo, na obra em análise, há algumas referências de Fanny às primas, mas não há falas em que se empregue *primas* como tratamento. Se houvesse, o tradutor teria de decidir pelo contexto se se tratava de primo ou prima, pois, em inglês, não há distinção entre masculino e feminino. *Cousin* utiliza-se para ambos os sexos, mas o português faz a distinção entre masculino, *primo* e feminino, *prima*.

O género é, de facto, um dos aspectos que tem provocado alguma polémica e levantado vários problemas de tradução. Na obra em análise, existem dois adjectivos – *darling* e *dear* – que só devidamente contextualizados podem ser traduzidos de forma adequada, pois tanto são usados para o masculino como para o feminino, o que não se verifica em português que possui formas distintas para os dois sexos. Nas últimas décadas, tem havido tentativas no sentido de substituir, por exemplo, a forma masculina não marcada *he*, por *s/he*, *he* ou *she* e substantivos explicitamente masculinos como *chairman*, *spokesman* e *businessman* por formas mais neutras, como *chairperson*, *spokesperson*, ou por substantivos especificamente femininos, como *businesswoman*, quando o referente é claramente feminino. Embora estas formas sejam usadas, são-no raramente, porque língua e sociedade não podem ser separadas facilmente e os falantes levam tempo a aceitar certas alterações linguísticas.

Em inglês, o género distingue entre masculino, feminino e neutro, reflectindo, de forma clara, a associação que a gramática tradicional estabeleceu entre sexo e género. Assim, o género gramatical implica que os substantivos sejam divididos em classes, não de acordo com o seu significado, mas de acordo com a forma.

Apesar disso, as distinções de género continuam a marcar o trabalho dos gramáticos, que apresentam o masculino como a forma “não marcada”, usada genericamente, com relativa neutralidade de significado. Contra esta situação têm lutado escritoras e tradutoras feministas, já que o feminismo se tornou uma das formas mais poderosas da identidade cultural a agitar a expressão linguística e social nas últimas décadas. Elas lutam contra o emprego do masculino gramatical em situações como esta: “Everyone please take off *his* boots”, quando se trata, por exemplo, de 300 mulheres e um homem, considerando-a verdadeiramente humilhante. Ao afirmarem que “*La libération des femmes passe par le langage*”, houve uma espécie de aliança entre os estudos de tradução e o feminismo que, na década de 80, deu grande relevância à linguagem, questionando o modo como a linguagem exprime as diferenças sociais, sexuais e históricas e como é que estas diferenças podem ser transferidas para outras línguas, uma vez que a tradução é um processo de transferência intercultural, em que os tradutores escrevem, re-escrevem e manipulam o texto de forma a torná-lo acessível ao público alvo. Assim, elas pretendem que as tradutoras, sobretudo, usem a linguagem como uma forma de intervenção cultural e como um meio de

alterar expressões dominadoras, seja ao nível dos conceitos, seja ao nível da sintaxe ou da terminologia.

As escritoras feministas procuram diluir as formas *Miss/Mrs*, símbolos de um estatuto social, numa forma neutra *Ms* e, referindo-se ao termo neutro *child*, fazem-no no feminino utilizando *she* e não *it*. No entanto, a tradução de *child* para português já não cria qualquer problema, pois o seu equivalente, *criança*, é feminino.

Verifica-se, assim, que o género levanta diversas implicações na tradução. Estas são, geralmente, mais relevantes quando o referente do substantivo ou do pronome é um humano, pois se, relativamente a objectos inanimados, as distinções são bastante arbitrárias, em relação aos humanos não o são, razão por que Lyons¹¹ sugere que o importante na comunicação é a função pronominal de género e não a categoria de género em geral. A função pronominal de género reflecte uma distinção genuína, não arbitrária, entre masculino e feminino. Embora as duas línguas difiram na forma como especificam o género dos referentes humanos (inglês *they* e português *eles/elas*), reconhece-se a distinção na situação de comunicação e espera-se que ela reflecta um aspecto genuíno da experiência.

Tradicionalmente, a pessoa é considerada como uma categoria do verbo e é, certamente, marcada na flexão verbal em muitas línguas, implicando que, normalmente, não haja nenhuma especificação pronominal do sujeito, a não ser em situações de ênfase ou de contraste com qualquer outra forma, explícita ou implícita. É o que se verifica em português, onde a flexão verbal exprime distinções de pessoa e número e, por isso, dá-se frequentemente o fenómeno da elipse do sujeito, como já se pôde verificar, o mesmo não acontecendo em inglês, uma vez que a flexão verbal apenas indica a 3.^a pessoa do presente do indicativo e, por isso, o sujeito está sempre expresso. A categoria de *pessoa* define-se claramente pela referência aos papéis dos participantes. No inglês, são sistematicamente definidos por um sistema fechado de pronomes, pois existe apenas uma forma de pronome da 2.^a pessoa (singular e plural), *you*. Assim, a polivalência de *you* faz com que recaia maior peso sobre o contexto em inglês do que em português, que é um sistema aberto e dispõe de variadas formas diferenciadoras da 2.^a pessoa, sendo, por isso, mais independente do contexto.

Com efeito, as escolhas gramaticais são praticamente obrigatórias, pelo que não se deve subestimar as dificuldades que surgem na tradução devido às exigências dos sistemas gramaticais¹².

Feita a análise da problemática da não equivalência das formas de tratamento nos dois códigos, conclui-se que não há regularidade na tradução de *you*, pois *you* tem sido traduzido por formas diversas, sobretudo pela desinência verbal, característica da língua portuguesa, que ficaria omissa na tradução para inglês, visto não poder ser traduzida por outra forma senão *you*.

A este respeito, Jensen¹³ afirma que, para *you* na posição de sujeito e complemento, encontrou treze possibilidades diferentes de tradução. Fornecendo a língua portuguesa tão ampla escolha de formas de tratamento, a decisão tomada é a manifestação nítida do relacionamento que o falante percebe existir entre si e o seu interlocutor.

Na verdade, reflectindo as formas de tratamento as relações sociais entre as pessoas, uma mesma pessoa do sexo feminino pode ser tratada por *tu* pela família e pelos amigos; por *você*, por alguém com quem não tenha intimidade; pelo *nome próprio*, pela família, amigos, professores, etc.; por *menina*, se for jovem ou, não o sendo, se for solteira; por *dona* ou *senhora dona*, conforme a classe a que pertença; por *senhora* e *minha senhora*, com pessoas que sentem haver uma distância social entre elas; por *Dr.^a X* ou *Sr.^a Dr.^a*, se tiver um grau académico; pelos oblíquos átonos *a*, *te* e *lhe* e, se se tratar de uma situação de protocolo, ainda pode ser tratada por *V. Ex.^a*. Com efeito, há muitas possibilidades de traduzir *you* para português¹⁴.

Assim, torna-se efectivamente difícil a equivalência entre as formas de tratamento portuguesas e inglesas, pelos motivos seguintes:

- 1) O português tem um paradigma de formas de tratamento muito rico na função de sujeito e até de complementos.
- 2) Em termos pronominais, apresenta formas diferentes conforme a respectiva função sintáctica.
- 3) Faz a distinção entre singular e plural.
- 4) A flexão verbal permite a omissão do sujeito, a não ser em situações que mereçam ênfase, o que demonstra que o código linguístico português permite muito mais o fenómeno da elipse do que o inglês.

As relações de deferência e gradação social são, portanto, parte relevante do contexto, que determina o uso de formas específicas dentro da categoria de

pessoa existente em cada língua, e numa língua como a inglesa, pelo que já foi referido, o contexto desempenha um papel primordial na referência e na deferência. Como dizem Brown e Yule¹⁵:

From a formal point of view, pronouns are the paradigm examples of expressions used by speakers to refer to 'given' entities

e acrescentam:

Because of their lack of 'content', they have become the crucial test-case items for any theory of reference.

Como as diferenças entre as línguas não se situam apenas nos planos da fonética, da semântica e da morfossintaxe, mas também no modo como as diversas comunidades linguísticas exteriorizam os seus pensamentos e exprimem a sua sensibilidade, cada comunidade vai desenvolvendo hábitos linguísticos que se vão implementando na língua, conferindo-lhe certas características. Este fenómeno é fundamental na tradução, pois como escreveu Edmond Cary¹⁶:

c'est le contexte des rapports entre deux cultures, deux mondes de pensée e de sensibilité, qui caractérise vraiment la traduction.

¹ H. P. Grice, "Logic and Conversation", in *Pragmatics - A Reader*, Steven Davis, Oxford University Press, 1991, p. 307.

² Lieve van de Walle, *Pragmatics and Classical Sanskrit : A Pilot Study in Linguistic Politeness*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993, p. 41.

³ Mona Baker, *In Other Words : A Coursebook on Translation*, London and New York: Routledge, 1995, p. 171.

⁴ John Lyons, *Language and Linguistics: An Introduction*, Cambridge. London. New York: Cambridge University Press, 1985.

⁵ Donald Frame, "Pleasures and Problems of Translation", in *The Craft of Translation*. John Biguenet and Rainer Schulte, eds., Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995, p. 73.

⁶ Cf. Stephen C. Levinson, *Pragmatics*, Cambridge. London. New York: Cambridge University Press, 1985, p. 374 e George Yule, *Pragmatics*, Oxford University Press, 1996, p. 10.

⁷ Ibidem.

⁸ Cit. por B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, London and New York: Longman, 1993, p. 27.

⁹ R. Brown e A. Gilman, "The Pronouns of Power and Solidarity", in *Style in Language*, Thomas A. Sebeok, ed. New York. London: The Massachusetts Institute of Technology and John Wiley & Sons, Inc., 1960, p. 253-276.

¹⁰ Robin Lakoff, "Language in Context", in *Language*, Vol. 48, n.º 4, 1972, p. 910.

¹¹ Cit. por Mona Baker, *In Other Words : A coursebook on translation*.

¹² Mona Baker, *In Other Words : A coursebook on translation*, p. 98.

¹³ Cit. por P. Mühlhäusler e R. Harré, *Pronouns and People: The Linguistic Construction of Social and Personal Identity*, Oxford: Basil Blackwell, 1990, p. 148.

¹⁴ S. M. Medeiros, *A Model of Address Form Negotiation: A Sociolinguistic Study of Continental Portuguese*, Tese de doutoramento, Austin: Universidade do Texas, 1985, p. 57-59.

¹⁵ G. Brown e G. Yule, *Discourse Analysis*, Cambridge. London. New York: Cambridge University Press, 1983, p. 214.

¹⁶ Cit. por Jean Delisle, *L'Analyse du Discours comme Méthode de Traduction*, Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984, p. 90.